



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU

Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080

Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202200812888

Classe: Apelação Cível

Competência: Gabinete Des. Luiz Antônio Araújo
Mendonça

Escrivania: Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras
Cíveis Reunidas

Distribuição: 27/04/2022

Número Único: 0031851-86.2020.8.25.0001

Situação: Julgado

Órgão Julgador: 2ª CÂMARA CÍVEL

Grupo: IV

Processo Origem: 202040600826 - Vara de Acidentes e
Delitos de Trânsito

Situações Especiais

Impedimentos / Motivo

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Material - Acidente de Trânsito
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Composição do Processo

Relator

1º Membro

2º Membro

Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça

Des. Ricardo Múcio Santana de A.
Lima

Desa. Ana Bernadete Leite de
Carvalho Andrade

Dados das Partes

Apelante: NAYARA DE JESUS SANTOS

Endereço: Rua A

Complemento: RESIDENCIAL MARCELO BEZERRA

Bairro: Industrial

Cidade: Aracaju - Estado: SE - CEP: 49066213

Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289

Apelado: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR

Complemento: 5º ANDAR

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201

Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

27/04/2022

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Processo Judicial registrado e autuado nesta data, sob nº 202200812888, denominado Apelação Cível, referente ao protocolo nº 20220427092300770, do dia 27/04/2022, às 09:23, pelo advogado ELTON SOARES DIAS, distribuído para o(a) Relator(a) DES. LUIZ ANTONIO ARAUJO MENDONCA. Assunto(s): Acidente de Trânsito, Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Distribuição do 2º grau

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

27/04/2022

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Processo concluso ao Gabinete Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça.

LOCALIZAÇÃO:

Distribuição do 2º grau

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

27/04/2022

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Des. Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

29/04/2022

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

À Douta Procuradoria de Justiça.

LOCALIZAÇÃO:

Des. Relator

PUBLICAÇÃO:

Não

Decisão ou Despacho

À Douta Procuradoria de Justiça.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

29/04/2022

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

Processo remetido para o(a) Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas.

LOCALIZAÇÃO:

Des. Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

29/04/2022

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

02/05/2022

MOVIMENTO:

Intimação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

"À Douta Procuradoria de Justiça."</br> Intimação enviada ao Ministério Público - Procuradoria de Justiça.

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

02/05/2022

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Aguardando consideração das intimações pelo SCPV.

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

13/05/2022

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Intimação do Procurador de Justiça considerada em 12/05/2022, nos termos do art 5º, §3, da lei 11.419/06, referente ao movimento efetuado em 02/05/2022, às 12:35:43.

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

19/05/2022

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Aguardar parecer

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

24/05/2022

MOVIMENTO:

Manifestação do MP

DESCRIÇÃO:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO LAUDO JUDICIAL CONCLUSIVO QUE ATESTA INCAPACIDADE AUSÊNCIA DE PROVAS PARA ANULAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA DESNECESSIDADE DE NOVA PERÍCIA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA

Processo nº 202200812888

**APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE
SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT –
COMPLEMENTAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO
– LAUDO JUDICIAL CONCLUSIVO QUE ATESTA
INCAPACIDADE – AUSÊNCIA DE PROVAS PARA
ANULAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA –
DESNECESSIDADE DE NOVA PERÍCIA.
MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.**

**PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO
RECURSO**

PARECER

O Ministério Público do Estado de Sergipe, por seu membro, atuando em segunda instância, vem apresentar manifestação nos termos em que se seguem.

O Gabinete da 1ª Procuradoria de Justiça prestou as seguintes informações:

“Foi distribuído a Vossa Excelência o processo nº **202200812888**, originário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Cuidam os autos de **Apelação Cível** interposta contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito da Comarca de Aracaju/SE.

Na origem, trata-se de **AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE DANO MORAL** ajuizada por **NAYARA DE JESUS SANTOS**, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, buscando a parte Autora o pagamento correspondente ao referido seguro por conta de acidente de trânsito.

Alega a parte Autora que, em 06/12/2019, sofreu um acidente enquanto conduzia sua motocicleta. Afirma, assim, que o acidente deixou sequelas permanentes classificadas como perda moderada de movimento do punho esquerdo e antebraço, o que causou a perda parcial dos movimentos do membro superior esquerdo, a perda moderada dos movimentos de membro inferior direito, perda do movimento do pé direito e lesões no quadril, conforme documentos médicos acostados.

Neste sentido, a Autora realizou pedido administrativo do benefício do Seguro DPVAT, concernente à indenização por invalidez. No entanto, a Seguradora Líder realizou pagamento em quantia inferior a devida, quitando apenas o valor de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais).

Desta maneira, a Requerente ingressou com a presente ação de cobrança pleiteando a complementação da indenização devida, no valor de R\$15.525,00 (quinze mil quinhentos e vinte e cinco reais), além de indenização por danos morais.

A Ré apresentou defesa informando que a Requerente foi submetida a avaliação médica, em processo administrativo, tendo sido o pagamento realizado de forma correta dentro dos critérios de fixação apresentados.

Junta parecer de análise médica, às fls. 173/174, comprovando o pagamento de R\$ 1.687,50, referente à perda da mobilidade de um dos punhos, em

grau médio, e o valor de R\$ 2.362,50, resultado da perda funcional completa de um dos membros inferiores, grau leve.

O juízo *a quo* no sentido de melhor instruir o feito, determinou a realização de perícia técnica, juntada às fls. 259/261, a qual constatou:

- Perda funcional no uso do membro inferior direito, em grau médio (50%).
- Perda funcional no uso do membro superior esquerdo, em grau leve (25%).

A Requerente, após ser intimada para se manifestar do laudo técnico pericial, requereu sua anulação, pois segunda alega, o procedimento médico não foi realizado com o devido zelo necessário.

Ao julgar a lide, o Magistrado sentenciante decidiu pela procedência parcial da pretensão autoral, às fls. 171/178, nos seguintes termos:

*“(...) Ex positis, **JULGO PROCEDENTE** o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, a título de indenização complementar do seguro DPVAT por atestada invalidez permanente, a ser observada correção pelo INPC, a partir da data do evento danoso, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação, tudo até o efetivo pagamento.*

*Como corolário da sucumbência, **condeno a parte ré** ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em **15% (quinze por cento)** sobre o valor total da condenação, a teor do que determina o art. 85, §2º, do CPC. Esses valores só poderão ser cobrados se houver comprovação da modi-*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA

fixação no estado econômico do vencido no prazo de até cinco anos contados do trânsito em julgado dessa decisão, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. (...)”

De forma imediata, a Seguradora Líder opôs Embargos de Declaração requerendo o abatimento do valor pago pela via administrativa, o que foi acolhido pelo juízo singular, nos seguintes termos:

*“(...) Por isso mesmo o valor da condenação deve ser readequado: considerando o valor de R\$ 4.050,00 (já pagos administrativamente), e o valor restante da indenização, alçado, agora, em **R\$ 3.037,50.***

*Ante o exposto, **CONHEÇO** dos embargos declaratórios interpostos e para lhes **DAR PROVIMENTO**, para que seja retificada a parte dispositiva da sentença, devendo constar como devido o valor de **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, mantendo-se, no mais, a decisão por seus próprios fundamentos, com os consectários legais de estilo.*

Irresignada com a sentença alhures mencionada, a parte Autora interpôs o presente recurso de **Apelação Cível**, pleitando a anulação da perícia judicial praticada e o retorno dos autos a vara de origem para realização de novo ato pericial.

De forma subsidiária, contanto com o princípio da eventualidade, requereu, acaso o laudo pericial seja validado, a reforma da sentença para que o pedido complementar de indenização seja deferido, conforme o laudo emitido pelo médico que acompanhou a Apelante em seu tratamento.

A Apelada, apesar de devidamente intimada, não apresentou contrarrazões, conforme certidão lançada nos autos.

Com esse panorama, vieram, por meio do recurso respectivo, os autos ao gabinete desta 1ª Procuradoria de Justiça, mediante distribuição do cartório de 2º grau desse Ministério Público.” [destaquei]

Prestadas as informações, as adoto como Relatório. Passo a emitir Parecer.

Prima facie, destaque-se que restaram atendidos os pressupostos recursais genéricos subjetivos (intrínsecos) e objetivos (extrínsecos), pelo que o recurso deve ser conhecido.

Nos autos, pretende a Apelante a percepção de valor complementar de indenização devida pelo DPVAT - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, em razão de acidente de trânsito com motocicleta ocorrido, em **06/12/2019**, tendo sofrido várias fraturas em diferentes membros, necessitando, inclusive, submeter-se a diversas intervenções cirúrgicas.

Relata a Apelante que o acidente resultou em sequela funcional permanente e parcial das funções do membro superior esquerdo, membro inferior direito, perda do movimento do pé direito e lesões no quadril, conforme documentação médica acostada.

Aduz que de acordo com as lesões decorrentes do sinistro, deveria ter sido paga as seguintes indenizações:

- R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), referente a perda moderada dos movimentos do membro superior esquerdo;
- R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), referente a perda moderada dos movimentos do membro inferior direito;
- R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), referente aos problemas no seu pé direito.
- R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), referente aos problemas em seu quadril.

Contudo, apesar da demonstração das lesões, a Apelante afirma que a Seguradora Líder pagou apenas a quantia de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais). Sendo assim, requer a diferença.

A Seguradora Apelada, embora não tenha elaborado contrarrazões ao presente recurso, em sede de contestação defendeu que o pagamento do valor da indenização foi correto e dentro dos critérios apresentados na avaliação médica administrativa, comprovando o pagamento de R\$ 1.687,50, referente à perda da mobilidade de um dos punhos, em grau médio, e o valor de R\$ 2.362,50, resultado da perda funcional completa de um dos membros inferiores, grau leve.

Com a elaboração do laudo médico judicial, às fls. 259/261, foram reconhecidas duas lesões passíveis de indenização, uma pela perda funcional no uso do membro inferior direito e a segunda decorrente da perda funcional no uso do membro superior esquerdo.

A Apelante, de forma enfática, rebate o laudo médico elaborado pelo perito indicado pelo juízo, pois afirma que a avaliação médica fora realizada sem o devido zelo, argumentando que a perícia se deu em regime de mutirão, de forma apressada, sem a cautela necessária para apreciar a documentação médica acostada, além de não ter realizado exame físico.

Neste sentido, o pedido inicial do presente recurso é a desconsideração da referida perícia, para que seja realizada nova avaliação médica.

Entendo que não assiste razão aos argumentos da Apelante quanto a este primeiro pleito. Explico:

Detido ao estudo do laudo apresentado e as razões da Apelante, observo que não restaram provas, ou mesmo, indícios de que o perito indicado pelo juízo tenha elaborado laudo passível de anulação, por não ter agido com o devido zelo durante a avaliação médica.

Não é suficiente o argumento de que a perícia realizada em regime de mutirão, não tenha idoneidade capaz de elaborar um laudo pericial eficaz e coerente com as lesões apresentadas pelo periciando.

Desta maneira, não entendo cabível o pedido de anulação da perícia realizada, diante da ausência de provas apresentadas, ônus que incumbia a Apelante.

Ressalto que o laudo pericial contestado atestou algumas das lesões descritas pela própria Apelante, portanto guardando compatibilidade com o quadro de saúde apresentado e periciado. Neste sentido, o laudo pericial se apresentou crível, e por isso mesmo foi devidamente reconhecido pelo juízo a quo.

De outro giro, a Apelante requer, subsidiariamente, que a pedido de pagamento de complementação da indenização seja realizado de acordo com o laudo médico emitido pelo médico que a acompanhou durante o seu tratamento.

Oportuno destacar que vigora no sistema processual jurídico pátrio o princípio do livre convencimento motivado e a regra do poder de instrução do juiz, o qual é o destinatário da prova, competindo-lhe apreciar o acervo probatório.

Desta maneira, o juízo não está restrito ao laudo pericial para apreciação do pedido de indenização da Apelante. Contudo, as provas apresentadas no presente caso não trazem conclusão divergente da proferida pelo juízo singular.

Na avaliação das provas dos autos, constato farta documentação médica, às fls. 32/132, correspondente ao prontuário da Apelante, o qual discorre sua evolução clínica. Porém,

não descreve de forma detalhada o grau de incapacidade de cada membro lesionado, dado necessário para auferir o valor indenizatório pleiteado.

Já o laudo pericial elaborado pelo perito indicado em juízo, às fls. 259/261, revelou todos os dados essenciais para o julgamento da demanda e encontra consonância com as lesões descritas pela Apelante.

O Tribunal de Justiça Sergipano tem adotado o seguinte entendimento, quanto à desnecessidade de nova perícia, vejamos:

Apelação Cível – Ação de Cobrança – Seguro DPVAT – Perícia que constatou que a lesão sofrida pela parte autora em razão do acidente de trânsito não causou invalidez permanente – Laudo pericial que constatou invalidez temporária – Improcedência da demanda – **Desnecessidade de nova perícia** – Matéria unicamente de direito – Suficiência do acervo probatório adunado aos autos - **Princípio do livre convencimento motivado** – Magistrado como destinatário da prova – Inteligência do art. 130 do CPC – Sentença mantida - Recurso conhecido e improvido. (Apelação Cível Nº 202200808138 Nº único: 0045995-02.2019.8.25.0001 - 2ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade - Julgado em 06/05/2022)

APELAÇÃO CÍVEL – **SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – ACIDENTE OCORRIDO EM 11.05.2015 – RESPONSABILIDADE CIVIL – COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE – JULGAMENTO IMPROCEDENTE DA AÇÃO – IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR QUANTO À AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL – CERCEAMENTO DE DEFESA – LAUDO PERICIAL DO IML – MERA DISCORDÂNCIA DO AUTOR – DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA

NOVA PERÍCIA – LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO – PRECEDENTES – SENTENÇA MANUTENIDA. - O laudo pericial confeccionado pelo Instituto Médico Legal – IML apresentado pelo Autor foi conclusivo quanto ao grau e à intensidade da lesão sofrida, sendo despicienda a realização de nova perícia judicial. - O Autor/Apelante não combateu a perícia outrora realizada de modo a torná-la imprestável no julgamento da lide. Recurso Conhecido e Desprovido. (Apelação Cível Nº 201800722143 Nº único: 0048959-36.2017.8.25.0001 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Osório de Araújo Ramos Filho - Julgado em 30/10/2018)

Assim, diante das provas já bem analisadas pelo juízo *a quo*, impõe-se a manutenção da sentença pelos seus próprios fundamentos.

Diante do exposto, manifesta-se o Ministério Público do Estado de Sergipe pelo **CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO** do Recurso interposto, mantendo-se o teor da sentença prolatada pelo Juízo *a quo*.

Aracaju/SE, 23 de maio de 2022.

Luiz Alberto Moura de Araujo
Procurador de Justiça



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

24/05/2022

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

.

Processo concluso ao Gabinete Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça.

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

24/05/2022

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Des. Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

24/05/2022

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Designo pauta para a próxima sessão virtual desimpedida.

LOCALIZAÇÃO:

Des. Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

24/05/2022

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

Processo remetido para o(a) Subsecretaria da 2ª Câmara Cível e Cíveis Reunidas.

LOCALIZAÇÃO:

Des. Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

24/05/2022

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Subsecretaria da 2ª Câmara Cível e Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

26/05/2022

MOVIMENTO:

Inclusão do processo para julgamento eletrônico

DESCRIÇÃO:

Processo incluído na pauta de julgamento da Sessão Ordinária Virtual do dia 17/06/2022 às 00:00

LOCALIZAÇÃO:

Subsecretaria da 2ª Câmara Cível e Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

23/06/2022

MOVIMENTO:

Julgamento

DESCRIÇÃO:

Por unanimidade, foi conhecido e negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

LOCALIZAÇÃO:

Subsecretaria da 2ª Câmara Cível e Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não

Certidão de Julgamento



**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
2ª CÂMARA CÍVEL**

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
Sessão 3 realizada no dia 17/06/2022**

Presidência da Sessão
Exmo. Sr. Des. Ricardo Múcio Santana de A. Lima
Presentes os Exmos. Srs.
Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça
Des. Ricardo Múcio Santana de A. Lima
Des. José dos Anjos
Desa. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade
Procurador(a) de Justiça:

GRUPO DE JULGAMENTO

Órgão Julgador:	2ª CÂMARA CÍVEL
Grupo:	IV
Relator:	Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça
1º Membro:	Des. Ricardo Múcio Santana de A. Lima
2º Membro:	Desa. Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade

Apelação Cível

Nº DO PROCESSO:	202200812888
Nº DO PROCESSO ORIGEM:	202040600826
ESCRIVANIA:	Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas
PROCEDÊNCIA:	Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Apelante:	NAYARA DE JESUS SANTOS
ADVOGADO:	ELTON SOARES DIAS - OAB: 10289-SE
Apelado:	SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
ADVOGADO:	KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - OAB: 2592-SE

CERTIDÃO

Certifico que ao presente feito foi conferido o seguinte pronunciamento:

Por unanimidade, foi conhecido e negado provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Aracaju/SE, 23 de Junho de 2022

LÍVIA GOUVEIA SILVA DUARTE
Subsecretário(a)



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

28/06/2022

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Envio para publicação
 Acórdão nº 19628/2022 enviado para publicação

LOCALIZAÇÃO:

Subsecretaria da 2ª Câmara Cível e Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

28/06/2022

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

Processo remetido para o(a) Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas.

LOCALIZAÇÃO:

Subsecretaria da 2ª Câmara Cível e Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

28/06/2022

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Escrivanía da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

28/06/2022

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Aguardar publicação

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

30/06/2022

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Acórdão liberado para consulta

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Grupo IV, da 2ª Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar provimento, nos termos do voto do Relator que fica fazendo parte integrante deste julgado.

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não

Acórdão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	202219628	
RECURSO:	Apelação Cível	
PROCESSO:	202200812888	
Relator:	LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA	
APELANTE:	NAYARA DE JESUS SANTOS	Advogado: ELTON SOARES DIAS
APELADO:	SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.	Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – CONDENAÇÃO DA SEGURADORA DEMANDADA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT, NO IMPORTE DE R\$ 2.362,50. RECURSO DO AUTOR – ALEGAÇÃO DE SEQUELAS OUTRAS – PLEITO DE RECEBIMENTO DO VALOR EQUIVALENTE A 100% – QUESTIONAMENTO SOBRE A PERÍCIA - LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO – MATÉRIA DEVIDAMENTE ESCLARECIDA NO LAUDO PERICIAL PRODUZIDO NOS AUTOS – ARTIGO 480 DO CPC/15 – SENTENÇA MANTIDA. APELO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Grupo IV, da 2ª Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, por unanimidade de votos, **em conhecer do recurso para negar provimento**, nos termos do voto do Relator que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Aracaju/SE, 17 de Junho de 2022.

DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA
RELATOR

RELATÓRIO

NAYARA DE JESUS SANTOS ajuizou *Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT* em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, alegando, em suma, ser beneficiária dos valores referentes às indenizações do seguro DPVAT, em razão de acidente automobilístico que sofreu.

Assim, pugna pela procedência da demanda, com a condenação da requerida ao pagamento de indenização do seguro DPVAT correspondente.

Após regular processamento do feito, o magistrado de primeiro grau prolatou sentença de procedência, cujo dispositivo restou assim verbalizado:

“(…) Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de indenização complementar do seguro DPVAT por atestada invalidez permanente, a ser observada correção pelo INPC, a partir da data do evento danoso, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação, tudo até o efetivo pagamento. Como corolário da sucumbência, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor total da condenação, a teor do que determina o art. 85, §2º, do CPC. Esses valores só poderão ser cobrados se houver comprovação da modificação no estado econômico do vencido no prazo de até cinco anos contados do trânsito em julgado dessa decisão, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Interpostos Embargos de Declaração, assim decidiu o “a quo”:

“(…) Ante o exposto, CONHEÇO dos embargos declaratórios interpostos e para lhes DAR PROVIMENTO, para que seja retificada a parte dispositiva da sentença, devendo constar como devido o valor de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), mantendo-se, no mais, a decisão por seus próprios fundamentos, com os consectários legais de estilo. Quanto ao recurso de apelação, considerando que, de acordo com o Código de Processo Civil, não há mais juízo de admissibilidade pelo órgão a quo (art. 1.010, §3º, CPC), determino as seguintes providências: 1. intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.010, §1º, do CPC. 2. se apresentada apelação adesiva pela parte recorrida (art. 997, §§ do CPC), intime-se a parte contrária para contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, §2º, do CPC. 3. caso as contrarrazões do recurso principal ou do adesivo ventilem matérias elencadas no art. 1.009, §1º, do CPC, intime-se o recorrente para se manifestar sobre elas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.009, §2º, do CPC. 4. após as formalidades acima, encaminhem-se os autos ao TJ/SE (art. 1.009, §3º, do CPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (art. 932 do CPC). Publique-se. Intimem-se.”

Irresignada, a autora interpôs recurso de apelação, objetivando parcial (complemento) do comando supra, aduzindo para tanto, de maneira reiterativa, ter sido vítima de acidente de trânsito, em decorrência do qual teria ficado inválida permanentemente, pretendendo receber indenização do Seguro DPVAT pela seqüela adquirida, no valor de R\$ 13.500,00.

Por fim, requer seja provido o apelo.

Contrarrazões nãoapresentadas pela parte apelada, apesar de devidamente intimada para tanto.

Instada a se manifestar, a Procuradoria de Justiça opinou pelo conhecimento e improvimento do recurso.

É o Relatório.

VOTO

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, pelo que merece ser conhecido.

Cinge-se o presente recurso em relação à conclusão do laudo pericial.

A parte autora requer que seja realizada nova perícia, já que o procedimento realizado nos autos não foi feito de forma zelosa e não informa todos os problemas de saúde da autora.

Ora, tem-se que, dentre os poderes inerentes à função do julgador, se encontra a possibilidade de indeferimento de provas desnecessárias para o deslinde da controvérsia, ou o seu deferimento quando julgar necessárias, nos termos do art. 370 do CPC/15:

"Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Parágrafo único. O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias."

esclarecida pela perícia realizada, consoante estabelece o art. 480 do CPC/15.

Contudo, *in casu*, como destacado pelo julgador sentenciante, não há que se falar em realização de nova perícia médica, pois, pelo que se observa dos autos, a prova pericial elucidou suficientemente a questão trazida pelas partes.

Isso porque, a perícia foi categórica ao asseverar, que houve duas lesões passíveis de indenização, uma pela perda funcional no uso do membro inferior direito (50%) e a segunda decorrente da perda funcional no uso do membro superior esquerdo (25%).

Em que pese ter sido o laudo confeccionado em regime de mutirão, por si só, não é capaz de retirar a idoneidade do mesmo, até porque a elaboração foi coerente com as lesões apresentadas pela demandante.

Nesse contexto, inarredável que a prova técnica produzida sem qualquer vício a maculá-la foi de grande valia para julgador fundamentar a sua decisão, não tendo sido desconstituída por qualquer outra prova nos autos.

Logo, entendo que agiu com acerto o sentenciante ao assim decidir:

“no caso dos autos, o relatório médico, elaborado pelo perito nomeado por este Juízo, indica, de forma clara e segura, que

a parte autora está acometida por invalidez permanente, parcial e incompleta, devendo a seguradora suportar o pagamento de quantia indenizatória correspondente: a R\$ 4.725,00 (1ª lesão) e a R\$ 2.362,50 (2ª lesão).

Observe-se o cálculo:

para a 1ª lesão: teto (R\$ 13.500,00) X enquadramento na tabela da Lei 6.194 (no caso em tela, 70%) X repercussão da invalidez (no caso, média repercussão, é dizer, 50%) = R\$ 13.500,00 x 35% = R\$ 4.725,00.

para a 2ª lesão: teto (R\$ 13.500,00) X enquadramento na tabela da Lei 6.194 (no caso em tela, 70%) X repercussão da invalidez (no caso, leve repercussão, é dizer, 25%) = R\$ 13.500,00 x 17,5% = R\$2.362,50.”

Outrossim, válido registrar ter o referido laudo pericial atendido aos contornos do artigo 473 do CPC.

Nessa quadra, a produção da prova pericial foi realizada no caso em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório, tendo o autor sido intimado, como exposto supra, além de terem sido atendidos a todos os requisitos existentes na legislação em vigor a respeito do tema.

Com efeito, o mero descontentamento da parte com o resultado da perícia não autoriza a realização de nova prova pericial, na medida em que aquela respondeu satisfatoriamente a todos os quesitos formulados pelas partes, não se justificando o retardamento da marcha processual, em patente afronta ao princípio constitucional da celeridade processual.

Ante o exposto, **conheço do recurso para lhe negar provimento, mantendo-se incólume os termos da sentença monocrática.**

É como voto.

Aracaju/SE 17 de Junho de 2022

DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA
RELATOR



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

04/07/2022

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

PRAZO RECURSAL.

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

26/07/2022

MOVIMENTO:

Trânsito em Julgado

DESCRIÇÃO:

Certifico que transitara em julgado em 26/07/2022, dia subsequente ao término do prazo recursal sem interposição de recurso.

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DES. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202200812888

DATA:

26/07/2022

MOVIMENTO:

Baixa definitiva

DESCRIÇÃO:

Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito

Baixa definitiva a(o) Cartório de Origem.

LOCALIZAÇÃO:

Cartório de Origem

PUBLICAÇÃO:

Não